



 **PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL):** Boa tarde!

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o Ofício nº 515/25, do Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, solicitando o desarquivamento das seguintes proposições: PLCE nº 011/22, PLCE nº 013/22, PLE nº 046/23, nº PLCE 015/24, PLCE nº 018/24, nº PLE 020/24 e PLE nº 043/24.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Ver.^a Vera Armando solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 13 de fevereiro de 2025. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Vera Armando está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Sra. Presidente, colegas parlamentares, audiência da TVCâmara que nos acompanha; hoje, dia 5 de fevereiro, eu não poderia deixar de subir a esta tribuna para fazer um chamamento muito especial a todos; 5 de fevereiro é o Dia Nacional da Mamografia. Não há como defender as mulheres sem garantir o acesso a exames preventivos. Porto Alegre é a capital do País com a maior incidência de

câncer de mama, são 660 casos a cada 100 mil habitantes, informações do Instituto Nacional de Câncer. As mulheres querem, sim, ter acesso aos seus exames preventivos, às suas mamografias, querem continuar vivendo ao lado dos seus familiares, e nós, certamente conhecemos, muito proximamente, pessoas que deixaram seus filhos, seus maridos, seus amigos e seus afetos.

Eu subo justamente a esta tribuna para fazer um chamamento a todos: sejamos, pois, multiplicadores dessa necessidade; vamos conversar com as nossas amigas, com as mulheres, e mesmo com aquelas que nós não conhecemos, através das nossas redes. Vamos levar essa mensagem. Eu peço a todos vocês: vamos dedicar um tempo para cuidar da saúde das mulheres – a todas as senhoras e a todos os senhores que estão hoje neste plenário. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde em Porto Alegre, 81% das solicitações Oncomama são agendadas em até 30 dias. A média de tempo para os casos de alta prioridade são 5 dias. Nós temos que levar sempre em consideração, ao alertarmos as mulheres, a questão genética, mas não somente isso. Nós precisamos nos cuidar e fazer todos os nossos exames preventivos. Peçam aos seus médicos, encaminhem as mulheres aos postos de saúde para que tenham acesso a uma consulta, a uma requisição e, posteriormente, ao encaminhamento dos exames necessários. O fato, senhoras e senhores, é que precisamos defender as mulheres e garantir o acesso a exames preventivos e à saúde de qualidade. O câncer de mama continua sendo uma das principais causas de morte. A detecção precoce é essencial. Lembramos que é possível, sim, encontrarmos a cura. Um em cada três casos pode ser curado se diagnosticado precocemente.

Posso contar com o apoio de todos? (Pausa.) Eu espero que sim. É um assunto muito sério, nós estamos falando de vidas. Estou fazendo aqui, nesta tribuna, um chamado à vida. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Vera Armando.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sra. Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; vereadoras, vereadores; público que nos dá a honra da presença e nos acompanha pela TVCâmara; meu caro Johnny, da Aiamu; nós tivemos, meu caro líder do governo, amigo Ver. Idenir Cecchim, uma situação interessante. No Brasil inteiro houve um tempo, maio de 2023 e 2024, de discussão da chamada Escola Sem Partido, onde setores da direita, nem todos, mas alguns setores da direita começaram um movimento importante para, e eu estou dando a nossa visão, eu sou líder do PSOL, para cercearem a forma pela qual os professores, as professoras ensinavam as suas matérias, particularmente nas áreas de história, geografia, ciências sociais em geral. Esse movimento foi derrotado na justiça várias vezes, inclusive no Supremo Tribunal Federal, mas aqui na Casa, ele passou, por conta da maioria, que às vezes confunde a direita com o governo, o governo não é necessariamente de direita, mas enfim, passou aqui na Casa esse projeto. Repito que é um projeto inconstitucional, meu caro presidente do PSOL, Roberto Robaina, inconstitucional. O Supremo decidiu isso. Bem, por isso falei no Idenir Cecchim agora, o prefeito não quis sancionar, não sancionou, ciente, provavelmente, ou alertado, pelo menos, de que era um projeto inconstitucional aprovado na Casa, o que é possível, a Casa eventualmente faz isso, para o bem e para o mal faz. Aí o projeto volta para Casa, e a presidência da Casa, e eu digo isso com o maior respeito, promulga o projeto, ou seja, transforma em lei. E eu tenho obrigação ética com a Presidente e com os colegas, e com as colegas, de dizer que nós, o PSOL, eventualmente outros partidos, talvez o PT, talvez o PCdoB, ainda vamos conversar sobre o tema, nós temos que discutir esse tema, Presidente, na justiça, precisamos, porque, na nossa visão, é de fato uma lei inconstitucional que passa a estar em vigor em Porto Alegre. Então, na capital dos gaúchos, nós temos agora uma lei inconstitucional em vigor. Isso, ao chegar às escolas, por isso temos que agir rapidamente, pode gerar uma confusão incontrolável. Por

quê? Porque setores que gostam da lei vão querer a sua aplicação imediata, cerceando professores, talvez até com algum grau de agressividade. Setores que não gostam da lei, que obviamente acham inconstitucional e também, no mérito, a detestam, vão também pressionar, e talvez com alguma agressividade, para que não seja aplicado nada da lei.

Portanto, nós estamos próximos, talvez, a um enfrentamento mais pesado dessas pessoas de um lado e de outro. Por isso, em sendo a lei inconstitucional, tanto que não foi sancionada pelo prefeito, e eu compreendo a posição da presidência, não estou aqui, o nosso debate é sobre a lei, não é sobre o ato da presidência. E aqui concluo, Presidente... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...é um minuto que falta, não é?! Aqui concluo. Nós vamos buscar o Judiciário, sim, porque a lei inconstitucional não pode ficar em vigor, sob pena de criar, na educação, um verdadeiro caos, que nós temos, na nossa visão, a obrigação de evitar. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Pedro Ruas, que falou pela liderança do PSOL.

Solicito presença da Ver.^a Natasha Ferreira, que já usará a liderança pelo PT. Questão de ordem, Ver. Coronel Ustra?

Vereador Coronel Ustra (PL): Presidente, Comandante Nádia, em nome de todos os vereadores, tenho certeza, desta Casa, nós queremos desejar um feliz aniversário ao Ver. Idenir Cecchim, que é um dos decanos aqui desta Casa, líder do governo, e desejar a ele, pelo menos em nome da bancada do PL, mas tenho certeza que é um desejo de todos os vereadores, um feliz aniversário e muitos anos de vida. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito bom. Parabéns, Ver. Idenir Cecchim, por mais um ano de vida, muita saúde, muito amor, muito sucesso. Desculpa, vereadora, foi o aparte no meio, agora eu só vou lhe conceder os seus cinco minutos.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Felicidades, líder do governo Idenir Cecchim, sucesso, prosperidade. Quero aqui me ater a um tema que saiu em alguns jornais sobre a Escola Sem Partido, e é um tema que eu já adianto a vocês, ele é inconstitucional, já foi dado como inconstitucional. Mas quero aqui falar em uma perspectiva, e aqui a gente pode construir uma discussão, acho mais, até saudável dentro da Casa. Eu sou uma travesti que tive acesso à educação pública e à educação privada, ou seja, eu tive as duas educações tendo, na verdade, o acesso. E digo a vocês que a liberdade de professoras e professores de me educarem, a liberdade da escola de compreender as complexidades da sociedade são fundamentais para a gente construir um pensamento crítico e acrítico sobre a nossa sociedade. A desigualdade social é explicada na escola, muitas vezes, quando alunos não têm nem roupa de inverno, ou muitos alunos dependem da escola para se alimentarem. Então, quando a gente fala aqui de uma escola sem partido, primeiro que há uma *fake news* grande sobre uma doutrinação comunista da esquerda e um blá-blá-blá todo que inventam, mas nunca tem, digamos, um elemento, um dado público de levantamento dizendo que há uma doutrinação. Não há isso, isso é mentira aqui. Eu quero registrar que é mentira. Enquanto não tiver dados dizendo que existe isso, com comunismo, marxismo, porque falam do Stalin, do Lenin, nas escolas públicas hoje, quase 30% das escolas em Porto Alegre não têm banheiro para que os alunos usem. Boa parte está com as estruturas arruinadas, principalmente após as enchentes. Nós deveríamos estar debatendo aqui o aumento salarial dos professores e professoras, nós deveríamos estar falando de mais concursos públicos para os professores e, principalmente, esta Casa que preza pela democracia, respeitar a liberdade de cátedra, na verdade, que é a liberdade de ensino. Então, quando uma professora, e quero dizer aqui com muita tranquilidade, professoras, exatamente – professora Juliana, professora Grazi, professor Jonas – professores podem ter

espectro político que seja do seu lado, isso não é um grande problema. Só que as escolas seguem uma base pedagógica e isso em nada tem a ver com a tal doutrinação marxista que as pessoas falam. Sobre a questão do banheiro unissex, banheiro para as pessoas trans, se debate muito esse tema aqui, mas esquecemos que, muitas vezes, os alunos não têm comida, os alunos não têm banheiro, os professores, às vezes, não têm banheiro nas suas escolas. Então, quando a gente fala de estrutura, falamos de educação de qualidade, educação pública, que o povo paga pela própria educação, precisamos lembrar do debate entre Sebastião Melo e Maria do Rosário, que o Melo, inclusive, assumiu que mais de três mil crianças não têm vaga em creche. Esse deve ser o debate central desta Casa, e não essa coisa: “Ah, mas estão doutrinando nas escolas e nós vamos agora acabar com essa doutrinação dos comunistas...” Gente, isso não existe. Vamos elevar a discussão pública. É uma necessidade desta Câmara dar uma resposta para a sociedade. E uma resposta hoje é uma educação, primeiro, com uma autonomia de professores e professoras, autonomia para exercerem a função; como nós temos autonomia enquanto vereadores e vereadoras, os professores precisam ter. E nós precisamos ter também respeito ao Conselho Municipal de Educação e construir com a comunidade escolar, que, às vezes, nem comida tem nas suas casas, para saber como esse aluno, muitas vezes, nem material... Nós votamos aqui, inclusive, um projeto do governo, para que as crianças tenham material escolar, na verdade, tenham um valor para comprar material escolar. Esses são os problemas reais da nossa educação, não é a doutrinação da esquerda. Então, esses fantasmas que vocês trazem para a discussão pública, eles são ruins, porque quem está pagando a conta disso são crianças que, muitas vezes, vão conseguir comer – comer – é nas escolas, ou vão tomar café da manhã... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...ou vão conseguir almoçar somente na escola. A gente não debate isso, a gente não debate a qualidade da sala de aula. Olha o calor que está em Porto Alegre, olha quantos graus, hoje está 38, semana que vem, é para ser mais quente. Vocês imaginam uma professora com uma sala com mais de 30 crianças, com um ventilador? Nós, vereadores e vereadoras, reclamamos aqui

na Câmara que o ar-condicionado não funciona, vereadora e professora Grazi. Mas como estão as salas de aula em Porto Alegre? A minha sugestão é que as professoras e os professores que são vereadoras e vereadores possam, em conjunto com a nossa educação, ir às escolas e conversar, juntamente com a Comissão de Educação, conhecer a estrutura e fazer um diagnóstico daquilo que a gente precisa fazer. E essas discussões que são mais moralistas, elas tendem sempre a colocar a comunidade LGBT em um espaço de gueto, a gente deixa, neste momento, de lado, garanta que pessoas LGBTs estudem, mas que as professoras e as escolas tenham estrutura digna.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Natasha. Quero informar que está visitando esta Casa o vereador do PL Everton da Academia, da cidade de Guaíba. Seja muito bem-vindo, vereador.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo que acompanha esta sessão, nós hoje vimos mais uma página da história desta Casa que envergonha quem é legalista. Promulgou, a Câmara de Vereadores, uma lei inconstitucional, portanto, não é uma lei. Já leio aqui, em 2016, quase dez anos atrás, já foi declarada a inconstitucionalidade, ou seja, tem jurisprudência no Brasil afora sobre a tal lei da mordaza. Eu não sei que fetiche é esse da extrema direita de querer amordaçar professores, parece que eles não foram alfabetizados por professores, parece que eles não tiveram escolas. Eles não querem pluralidade, diversidade, igualdade e não querem democracia, porque eles foram lá e bateram palma aos criminosos, ladrões da pátria que destruíram o Planalto Central, o STF e o Congresso. Mais de dois mil estão na cadeia e alguns deles dizem que são inocentes. São bandidos! São criminosos que atentaram contra o estado democrático de direito, e isso deve ser ensinado nas escolas. Por isso a lei da mordaza, porque a lei da mordaza não quer deixar que os alunos e as alunas aprendam a defender os seus direitos, e não tem direito maior do que um

cidadão e uma cidadã brasileiros viverem num estado democrático, ter o direito de ir e vir, pensar com liberdade, divulgar as suas ideias, os seus pensamentos. O que mais envergonha são parlamentares que foram derrotados nas urnas, perderam, não voltaram mais para cá... O tal do Valter, que é o autor da lei, faz duas eleições que é derrotado em Porto Alegre, na última vez ele foi candidato e colocou a mulher, ele não poderia ser candidato porque ele estava inelegível, ele foi condenado por crime contra a diversidade. Ele foi condenado e não pôde concorrer, botou a mulher. E aí as pessoas desenterraram uma lei que estava em estado de putrefação, colocam aqui para feder no meio do plenário, cheirar mal, a todos; mas eu não, nós, da oposição, recusamos, não aceitamos e é importante a população saber. Nós aqui respeitamos a Câmara e o procurador da Câmara, que tinha dito que era inconstitucional, e aí alguns vereadores e vereadoras não ouviram, não sei o porquê não ouvem, precisam fazer exame de audição? Vamos fazer um programa, então, para aparelho auditivo aos vereadores que não ouvem a lei e a Constituição, essa página envergonhou Porto Alegre. Mas o sindicato dos municipais, parabéns, está preparando a peça e o trunfo estará na mão do Simpa, que vai ganhar na justiça, evidentemente, porque já tem muita jurisprudência. Parabéns, mais uma vez, ao sindicato das municipais e municipais, na dianteira do que é certo, respeitar a lei. Aliás, falando em lei, até agora ninguém fala que este prefeito que aí está deve 30% de reposição salarial aos trabalhadores desta cidade e mandou um memorando, no dia 3, para o Postão da Cruzeiro – que está com lotação extrema – mandando desligar os aparelhos de ar-condicionado das 10h30min às 14h. O pronto atendimento da Zona Sul sem climatização. Como é que nós vamos curar os doentes? É uma vergonha o que esse secretário da saúde fez, mas eu já mandei um documento para lá pedindo para ele resolver. É preciso climatização neste calorão. Ele tem que resolver isso. Se ele não resolver, eu vou fazer um boletim de ocorrência na polícia, toda a oposição vai fazer, porque ele vai responder por vidas em risco no Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul. Diz ele que é para racionalizar, porque não está adequado o sistema elétrico. Ele que resolva com geradores, que resolva com contrato emergencial e não colocando

em risco a vida da cidadania. Aliás, esse secretário não teve nem coragem de concorrer a vereador. Houve outros que tiveram a coragem, mas ele não teve nem coragem. E está lá, estragando a saúde do povo. Mau gestor! Mau gestor, e responderá por isso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas Reis. Não temos mais nenhum vereador que queira usar o período de liderança do seu partido. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, para passarmos à Ordem do Dia. (Pausa.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (14h49min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Informando que, de acordo com as lideranças, da reunião de líderes, hoje de manhã... Ver. Erick Dênil está presente. Por gentileza, dar a presença para o vereador. Algum vereador não conseguiu dar a sua presença? Ver.^a Atena Roveda está presente, Ver. Gilvani o Gringo. Mais algum vereador não conseguiu dar a presença? Nós temos um problema nos painéis, realmente.

Então, senhores, vou solicitar para, primeiramente, o diretor fazer o pregão do desarquivamento das frentes parlamentares, já informando todos os vereadores que, votado hoje no colégio de líderes, nós faremos um bloco sem discussão e será votado por unanimidade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos ao pregão. Aprego requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 067/25.

Aprego requerimento de autoria da Ver.^a Juliana de Souza, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 007/25.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, solicitando a retirada de tramitação das seguintes proposições: Requerimento nº 048/24, Requerimento nº 060/24, Requerimento nº 081/24, Requerimento nº 108/24 e Requerimento nº 110/24.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Feito o pregão.

Em votação a formação do bloco dos Requerimentos de abertura de frentes parlamentares do número, nº 001 ao nº 104. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** a formação do bloco das 104 frentes parlamentares.

Em votação o bloco das frentes parlamentares. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns aos vereadores.

(14h51min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Já não passou o tempo lá?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vou zerar aqui. Senhores, eu sempre, quando chega ali, já ligo o cronômetro aqui.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos os colegas vereadores. Subo aqui nesta tribuna, hoje, por uma situação muito importante: na vida a gente tem que dar muita atenção aos sinais, que às vezes são pequenos, mas são de grande importância. É a maneira como o vereador é tratado quando ele está em serviço. Ele está exercendo o seu trabalho de vereador na linha de frente, na fiscalização. Ando me deparando com uma situação muito delicada na área da saúde. Uma ostensiva muito forte, e me vejo no limite para não aumentar o problema de não dar sequência em registrar,

em encaminhar, em embasar todo esse maltrato que trago aqui, que venho enfrentando. Então, quero convidar todos os vereadores, não só de Porto Alegre, a quem estiver vendo esse desabafo aqui, vamos para a rua fiscalizar, vamos trabalhar lá na ponta, entender, escutar as pessoas e ver o que está chegando de verdade na vida de cada um. E assim, oh, fazer valer isso aqui, que está muito difícil aí essa batalha. (Mostra documento.) Então, convido todos vocês a fazerem valer esse trabalho, fazerem valer a prerrogativa que nós conquistamos aqui. E uma andorinha só não faz verão. Então, convido todos os vereadores para nós lutarmos pela nossa liberdade, sem obstrução, em fiscalizar e buscar serviços de verdade. Eu digo que a gente não vai mudar o mundo, mas podemos criar energias diferentes, a cada minuto, tomando atitude. Então, convido todos vocês ajudarem, nos unirmos e fazermos frente, não só Porto Alegre, mas o estado do Rio Grande do Sul, todos, todos os vereadores. Obrigado, pessoal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Gilvani o Gringo. Temos mais alguém em comunicação de liderança?

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

Senhores, como nós estamos com problemas no ar-condicionado, aguardando peças importadas, estamos aqui num momento mais *light* da tribuna.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Olá, boa tarde a todos. Eu nunca sei, na verdade, nós mais altos aqui, Ver. Ramiro, temos esse problema do microfone, né, porque eles fazem o volume para a pessoa que fala próximo, daí, se a gente fala próximo, fica estranho. Podem aumentar o volume?

Bom, queria só aproveitar a oportunidade desta liderança para convidar os colegas parlamentares para se somar num projeto nosso, de uma lei de iniciativa popular a ser apresentada na Assembleia Legislativa, que tem por intenção possibilitar que os motoristas gaúchos possam abater do IPVA o que eles gastarem no corrente ano a título de pedágio.

Vou fazer uma breve explicação sobre como é que surgiu o IPVA. Em 1965, aproximadamente, o governo federal criou um imposto único, na verdade, uma taxa única que servia para ajudar na criação e manutenção das estradas federais. Depois, em 1968 ou 1969, foi feita uma regulamentação que tornou essa taxa uma taxa única em nível nacional, a TRU, Taxa Rodoviária da União, que era destinada com essa finalidade e era cobrada para construir e fazer manutenção de rodovias. Quando chegou em 1985, os parlamentares federais modificaram a TRU e transformaram em IPVA, e esse IPVA deveria ser cobrado pelos estados. E cada estado, como não tem uma lei específica para disciplinar isso, acabou colocando alíquotas diferentes, no estado do Rio Grande do Sul é 3%; em alguns estados é maior, em alguns é menor, varia de 2% a 4% – de 2% a 4% do valor do veículo. Diferente da TRU, que era específica para a construção e manutenção de estradas, o IPVA não tem destinação específica: ele é um imposto porque tens um carro, e, como o nome diz, imposto é uma imposição: “Estou te cobrando, porque eu sou Estado, eu quero te cobrar e azar.” Mas as pessoas todas têm ainda no seu subconsciente, e é lógico pensar, que pagam IPVA para poder rodar nas estradas porque eu ajudei a pagar a construção dessas estradas a partir do IPVA. Então, lá no passado, essa era a forma de cobrança, depois veio o Britto, depois veio a Yeda, passamos pelo Tarso, e agora, com o Eduardo Leite, começou o Estado a delegar algumas estradas para a iniciativa privada cobrar pedágio para poder rodar naquela região com qualidade, com conforto, com segurança. Só que, se tu fores parar para pensar, o pedágio acaba incidindo sobre algo que já era uma obrigação do Estado, já era obrigação do estado cuidar das estradas e, no instante em que ele deixa de cuidar das estradas, ele não deixa de cobrar o imposto equivalente, dentro da sua base tributária. Então, é como se – não estou falando que é exatamente isso – o Estado me cobrasse duas vezes, uma para poder rodar com o veículo e outra por ter rodado na rodovia. Por ter tido origem na TRU, pela TRU ter virado IPVA, pelas pessoas se sentirem roubadas sendo cobradas duas vezes, uma pela IPVA e outra pelo pedágio, faz sentido – não estou dizendo que legalmente seja o termo técnico, mas faz sentido – que as pessoas se sintam roubadas por ter

que pagar duas vezes para rodar. Nesse sentido é que surgiu a ideia do abate pedágio. Nós fizemos uma lei de iniciativa popular, que está lá no *site* abatepedagio.com.br, está lá o texto, que tem parecer, que foi escrito pela nossa assessoria jurídica... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...da possibilidade de abater do IPVA, que a gente vai pagar no próximo exercício, tudo o que gastar com pedágio ao longo deste exercício. “Ah, mas é ilegal e inconstitucional.” Quem vai dizer se é constitucional ou não vai ser a CCJ da Assembleia Legislativa. O que nós temos como missão aqui é coletar 90 mil assinaturas para que os deputados sejam obrigados a apreciar a matéria. Tem outras iniciativas parecidas tramitando, muito bom, parabéns! Se essas forem apreciadas, votadas e aprovadas antes da nossa, tudo resolvido. Se, por outro lado, não avançarem essas outras propostas, a gente vai continuar coletando assinatura até chegar o momento de protocolar na Assembleia e ir à votação, porque os deputados não são obrigados a aprovar, eles são obrigados a apreciar. E a sociedade gaúcha, se se manifestar assim, tenho certeza que vai sensibilizar os nossos deputados.

Só para encerrar, Presidente, em um dia de coleta de assinaturas, nós já conseguimos 1.200 assinaturas catalogadas, corretas para serem protocoladas. Então, tenho certeza que a gente vai conseguir atingir o número. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jessé Sangalli. Não tendo mais nenhum vereador que queira discutir pela liderança, quero informar aos vereadores que já foi disparado o *e-mail* para os líderes das bancadas, a fim de que informem um membro da bancada para compor a Comissão de Ética. Vou retomar, vereadores, já foi para o *e-mail* de cada líder de bancada, a solicitação do nome do vereador que irá compor a Comissão de Ética de 2025. As bancadas que não informarem até segunda-feira, ao meio-dia – a Presidência irá nomear *ad hoc* o vereador de cada bancada. Entenderam? Dúvidas? Não?

Outra questão para todos os vereadores, a questão do Grande Expediente. Será oportunizada apenas uma vez a transferência para outro dia. Feita a transferência para outro dia, não será mais autorizado trocar o Grande Expediente em respeito aos vereadores que vêm vindo depois e o Grande Expediente acaba ficando em um segundo plano. Mas também informo que os vereadores que estão no Grande Expediente poderão trocar com seus colegas vereadores a vez, para que a gente não precise estar fazendo essa prorrogação de Grande Expediente e, dessa forma, dificultando os trabalhos da Câmara Legislativa.

Não tendo mais nada a ser votado, discutido na tarde de hoje, quero agradecer a presença dos vereadores, solicitando que segunda-feira, novamente, às 14h, é a hora de todos os vereadores estarem aqui para as presenças, para que também nós não precisemos estar prorrogando o início da sessão ordinária. Vamos com Deus. Muito obrigada e uma boa semana. Até segunda-feira.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h03min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
